

RESENHA AO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS DE WITTGENSTEIN^{1,2}

Autor: F. P. Ramsey

Tradutor: Marcos Silva (UFC)³

marcoasilvarj@hotmail.com

TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS. POR LUDWIG WITTGENSTEIN; COM UMA INTRODUÇÃO POR BERTRAND RUSSELL. (BIBLIOTECA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA, FILOSOFIA E MÉTODO CIENTÍFICO.) LONDRES: KEGAN PAUL, TRENCH, TRUBNER & CO. LTD., 1922. PP 189. 10s. 6.

Este é um livro de importância maior contendo ideias originais sobre uma grande área de tópicos, formando um sistema coerente, que sendo ou não, como reivindica o autor, a solução final, em essencial, para todos os problemas tratados, é de extraordinário interesse e merece a atenção de todos os filósofos. E mesmo que o sistema seja completamente incorreto, o livro contém um grande número de profundas *obiter dicta* e críticas a outras teorias. É, entretanto, muito difícil de entender, apesar do fato de ser impresso com o texto alemão e a tradução inglesa em páginas opostas. O Sr. Wittgenstein não escreve prosa consecutiva, mas

¹ Recebida: 15-07-2012/Aprovada: 11-11-2012/Publicada on-line: 27-02-2013.

² Publicada em: Mind, Vol. 32, No. 128 (Out., 1923), pp. 465-478.

³ Marcos Silva é pós-doutor financiado pela FUNCAP/CAPES na UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil.

proposições curtas, numeradas para que mostrem a ênfase dada a elas em sua exposição. Isto dá ao seu trabalho um atraente sabor epigramático, e talvez o faça mais exato em detalhe, uma vez que cada proposição deve ter recebido consideração em separado; mas isto parece tê-lo livrado de ter dado explicações adequadas de muitos de seus termos técnicos e teorias, talvez porque explicações exijam algum sacrifício da exatidão.

Esta deficiência é em parte compensada pela introdução do Sr. Russell; mas é possível que ela não seja um guia infalível para o que o Sr. Wittgenstein quer dizer. “Para entender o livro do Sr. Wittgenstein”, afirma o Sr. Russell, “é necessário perceber qual é o problema com o qual ele está preocupado. Na parte de sua teoria que trata do Simbolismo, importam-lhe as condições que teria de ser cumprir por uma linguagem logicamente perfeita.”⁴ Isto parece ser uma generalização muito duvidosa. Há, de fato, passagens em que o Sr. Wittgenstein está explicitamente preocupado com uma linguagem perfeita, e não com qualquer linguagem, e.g., a discussão sobre “sintaxe lógica” nas passagens 3.325; mas em geral, ele parece manter que suas doutrinas se aplicam às línguas ordinárias apesar da aparência em contrário (veja especialmente as passagens 4.002 e seguintes). Isto é obviamente um ponto importante, porque esta aplicação mais abrangente aumenta muito o interesse e diminui a plausibilidade de qualquer tese como a que o Sr. Russell declara ser talvez a mais fundamental na teoria do Sr. Wittgenstein: que “para que certa sentença afirme certo fa-

⁴Nota do Tradutor: Todas as passagens do *Tractatus* e da introdução de Russell aqui foram retiradas da tradução de Luiz Henrique dos Santos, publicada pela Edusp, em 1992. Seguindo-a, traduzo “state of affairs” por “estado de coisas”, “form of representation” por “forma de afiguração” e “nonsense” como “contra-senso”.

to, deve haver, como quer que esteja construída a linguagem, algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato”.

Esta doutrina parece depender da difícil noção de “figuração⁵” e sua “forma de afiguração”, que agora tentarei explicar e criticar. Uma figuração é um fato, o fato que seus elementos estão combinados uns com os outros de uma maneira definida. Estes elementos estão coordenados com certos objetos (os constituintes do fato do qual a figuração é uma figuração). Estas coordenações constituem a relação afiguradora que faz da figuração uma figuração. Esta relação afigurante “pertence à figuração.” (2.1513); isto significa, acredito, que sempre que falamos sobre uma figuração nós temos em mente alguma relação afiguradora em virtude da qual ela é uma figuração. Sob estas circunstâncias dizemos que a figuração representa que os objetos estão combinados uns com outros assim como estão os elementos da figuração, e isto é o sentido da figuração. E acredito que isto deva ser tomado como sendo a definição de “afigurar” e de “sentido”; isto é afirmar que, quando nós dizemos que a figuração representa que certos objetos estejam combinados de certa maneira, nós queremos dizer meramente que os ele-

⁵ Nota do Tradutor: Apesar da tradução da palavra alemã *Bild* para “figuração” parecer a mais adequada, esta implica um sentido de sofisticação e especificidade que *Bild* não tem no original. Pode-se usar *Bilder* para imagens, figuras, ilustrações, desenhos, pinturas, fotos, mapas, modelos, dentre outras. Esta diferença fica clara em 4.0311 quando se tem que traduzir a expressão alemã *lebendes Bilder* por “quadro vivo” ou “tableau vivant” e não como “figuração viva”. Nota-se, então, que o escopo semântico da palavra alemã usada por Wittgenstein é muito mais vasto e corriqueiro que a portuguesa “figuração”. Em Português, chamar uma imagem de “figuração” pode ser artificial e em algumas circunstâncias pode ser afetado e pomposo. Além disso, o uso de “figuração” – assim como o da palavra *representation* em inglês – é ambíguo, porque pode estar vinculada tanto a uma ação como ao resultado de uma ação, enquanto a alemã significa sempre um resultado. Um bom argumento para o uso de “figuração” é que ela permite as mesmas *Umformungen* da alemã *Bild*. Ou seja, segue a “multiplicidade lógica” das construções de seu par alemão, o que não acontece com a tradução para inglês, como no caso de *picture* e *form of representation*.

mentos da figuração estão combinados naquela forma, e estejam coordenados aos objetos pela relação afiguradora que pertence à figuração. (Que isto seja uma definição, se segue, acredito, de 5.542.)

Luz deve ser jogada na “forma de afiguração” pelas seguintes observações, feitas anteriormente no livro, sobre a estrutura e a forma dos fatos. “A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas. A forma é a possibilidade da estrutura. A estrutura do fato consiste nas estruturas dos estados de coisas.” (2.032, 2.033, 2.034). O único objetivo que posso ver na distinção entre estrutura e forma é que a inserção de “possibilidade” pode incluir o caso, no qual o fato alegado, cuja forma nós estejamos considerando, não seja um fato, de maneira que possamos falar da forma do fato aRb , quer seja ou não aRb verdadeiro, desde que seja possível logicamente. É lamentável que as definições acima não deixem claro se dois fatos podem ter a mesma estrutura ou a mesma forma; isto parece sugerir que dois fatos atômicos poderiam, sem problemas, ter a mesma estrutura, porque objetos estariam juntos da mesma maneira em cada um. Contudo, em algumas observações posteriores no livro parece que a estrutura do fato não é meramente a maneira que os objetos estão juntos, mas dependem também de quais objetos eles sejam, de maneira que dois fatos diferentes nunca tenham a mesma estrutura.

Uma figuração é um fato e como tal tem uma estrutura e uma forma; foram-nos dadas, entretanto, as seguintes novas definições da sua “estrutura” e da sua “forma de representação” em 2.15, 2.151. “Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras.

Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração. A forma da afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração.” Essa passagem é enigmática; primeiro, porque nós temos aqui duas definições diferentes de forma de afiguração, e segundo, porque não é óbvio como interpretar “esta vinculação” na primeira das duas definições; isto pode se referir à maneira definida como os elementos estão combinados, ou à totalidade da sentença precedente, *i.e.*, “esta vinculação dos elementos” pode ser que a combinação deles represente uma combinação similar das coisas. Em nenhuma das interpretações a primeira definição parece coincidir com a segunda. Nós só podemos ter esperança de decidir entre estes significados possíveis de “forma de afiguração” ao considerarmos as coisas que o Sr. Wittgenstein afirma sobre isso. A sua principal propriedade, que a faz de importância fundamental em sua teoria, é asserida em 2.17: “O que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la à sua maneira – correta ou falsamente – é sua forma de afiguração.” Depois, “o que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade. Se a forma de afiguração é a forma lógica, a figuração chama-se figuração lógica. Toda figuração é *também* uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial.)” (2.18, 2.181, 2.182). Parece, então, que uma figuração pode ter muitas formas de afiguração, mas uma destas deve ser a forma lógica; e que não é asserido que a figuração deve ter a mesma forma lógica que aquilo que ela afigura, mas que todas as figurações devem ter a forma lógi-

ca. Isto também torna mais plausível a dedução de que a forma lógica da figuração não pode ser afigurada; porque, que isto seja comum a uma figuração e à realidade não pode dar fundamento para supor que isto não poderia ser afigurado em outra figuração.

Agora é fácil ver um sentido no qual a figuração pode ter a forma espacial e deve ter também a forma lógica, a saber, ao tomar a forma como sendo a (possibilidade da) maneira como os elementos da figuração estão combinados. (Uma das interpretações da primeira definição dada acima). Isto pode ser lógico, como quando a cor de uma pequena área de um mapa representa a altura sobre o nível do mar da área correspondente de país; os elementos da figuração são combinados como predicado e sujeito e isto representa que as coisas correspondentes estejam também assim combinadas como predicado e sujeito. Por outro lado, a forma deve ser espacial como quando um ponto, estando entre dois outros, representa que uma certa cidade está entre duas outras; mais neste caso nós podemos ainda tomar “o estar entre” [betweenness] não como a maneira como os pontos estão combinados, mas como um outro elemento na figuração, que corresponda a si mesmo. Assim, uma vez que “o estar entre” e os pontos estejam combinados, não espacialmente, mas como uma relação tripla e seus *relata*, logicamente, a forma é lógica. Aqui nós temos alguma coisa que pode ser espacial e deve ser também lógica; mas disso não se segue que essa seja a forma de afiguração, porque a forma da afiguração pode ser alguma entidade mais complicada envolvendo essa e, por conseguinte, derivadamente espacial e lógica. Se, de fato, o referido acima for o que for pretendido por forma de afiguração, então ao afirmar que a figuração deve ter a forma lógica, o Sr. Wittgenstein estaria

afirmando não mais do que que isto deve ser um fato; e ao afirmar que nós não podemos afigurar ou falar sobre a forma lógica da afiguração, estaria afirmando não mais do que que nós não podemos falar sobre o que faz de um fato um fato e nem finalmente de forma nenhuma *sobre* fatos, porque toda sentença aparentemente sobre fatos é realmente sobre seus constituintes. Ele acredita certamente nestas coisas, mas me parece improvável que suas proposições complicadas sobre a forma de afiguração não cheguem a ser mais do que isto. Provavelmente ele está confuso e não usa o termo consistentemente; e se nós nos voltarmos para a segunda das definições dadas acima, “A forma da afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração,” nós podemos descobrir um outro sentido pelo qual a figuração tem a forma de afiguração em comum com o figurado, a saber, que as coisas com as quais seus elementos estão coordenados pela relação de afiguração são de tal tipo que elas *possam* ser combinadas da mesma maneira que os elementos da figuração; e assim nós chegamos ao importante princípio de que “A figuração contém a possibilidade da situação que ela representa.” (2.203). Isto parece para mim, por razões explicadas depois, que a aceitação independente deste princípio vai justificar quase todas as conclusões não-místicas que o Sr. Wittgenstein tira da necessidade de haver alguma coisa em comum entre a figuração e o mundo, que não pode, ela mesma, ser representada; e que para estas conclusões pode então ser dadas uma base mais firme que a que é dada pela natureza desta entidade elusiva, a forma de afiguração, que é intrinsecamente impossível de ser discutida.

Para obter qualquer compreensão mais aprofundada do que o Sr. Wittgenstein acredita que uma sentença deva ter

em comum com o fato que ela assera, ou, de fato, da maior parte de seu livro, é necessário entender seu uso da palavra “proposição”. Isto é entendido, acredito, mais facilmente pela introdução de duas palavras usadas por C.S. Peirce. Uma palavra, no sentido em que existem dúzias de palavras “o” em uma página, ele chama de *token*⁶; e estas dúzias de *tokens* são todas instâncias de um *type*, a palavra “o”. Além de “palavra” existem outras palavras que possuem esta ambiguidade *type-token*; assim uma sensação, um pensamento, uma emoção ou uma ideia podem ser ou um *type* ou um *token*. E no uso do Sr. Wittgenstein, em contraste, por exemplo, ao do Sr. Russell nos *Principles of Mathematics*, “proposição” também tem uma ambiguidade *type-token*.

Um *sinal proposicional* é uma sentença; mas esta afirmação deve ser qualificada, porque por “sentença” pode-se querer dizer algo da mesma natureza que as palavras pelas quais ela é composta. Entretanto, um sinal proposicional difere essencialmente da palavra porque não é um objeto ou uma classe de objetos, mas um fato, “que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira.” (3.14). Assim “sinal proposicional” tem a ambiguidade *type-token*; os *tokens* (como aqueles de qualquer sinal) são agrupados em *types* por similiaridade física (e por convenções que associam certos ruídos com certas formas) assim como o são as instâncias de uma palavra. Entretanto uma *proposição* é um *type* cujas instâncias consistem de todos os *tokens* do sinal proposicional que tem em comum, não uma certa aparência, mas um certo *sentido*.

Sobre a relação entre uma proposição e um pensamen-

⁶ Nota do Tradutor: Por serem largamente utilizados na literatura secundária sobre Peirce em português, farei uso nesta tradução destes termos também em inglês.

to, o Sr. Wittgenstein é mais obscuro; mas acredito que o que ele pretende é que o pensamento seja um *type* cujos *tokens* têm em comum certo sentido, e incluem os *tokens* da proposição correspondente, mas incluem também outros *tokens* não verbais; estes, entretanto, não são relevantemente diferentes dos verbais, de maneira que é suficiente considerar os últimos. Ele afirma que “É claro, porém, que ‘A acredita que p’, ‘A pensa p’, ‘A diz p’, são da forma ‘p’ diz p’ ” (5.542), e, assim, explicitamente reduz a questão à análise do juízo, para o qual o Sr. Russell deu em muitos momentos diferentes respostas, à questão: “O que é para o *token* de uma proposição ter um certo sentido?” Esta redução parece para mim um importante avanço, e como a questão para a qual se direciona tem fundamental importância, proponho examinar com atenção o que o Sr. Wittgenstein afirma como modo de responder a ela.

Primeiramente pode ser observado que se pudermos responder nossa questão, nós incidentalmente resolvemos o problema da verdade; ou que já é evidente que não existe tal problema. Porque se um *token* de um pensamento ou de uma proposição “p” afirma p, então ele é dito verdadeiro se p, e falso se $\sim p$. Nós podemos afirmar que é verdadeiro se o seu sentido concordar com a realidade, ou se o estado de coisas possível que ele representa é o atual, mas estas formulações somente expressam a definição acima em outras palavras.

Segundo o Sr. Wittgenstein o *token* de uma proposição é uma figuração lógica; e assim o seu sentido deveria ser dado pela definição do sentido de uma figuração; de acordo com isto o sentido da proposição é que as coisas referidas por seus elementos (as palavras) estão combinadas umas as outras da mesma maneira que os elementos eles mesmos,

isto é, logicamente. Mas é evidente, para dizer o mínimo, que esta definição é muito incompleta; ela pode ser aplicada literalmente somente a um caso, o da proposição elementar completamente analisada. (Pode ser explicado que uma proposição elementar é aquela que asseve a existência de um fato atômico, e que um *token* de uma proposição é completamente analisado, se há um elemento nele correspondendo a cada objeto que ocorre em seu sentido). Assim se “*a*” significar *a*, “*b*” *b*, e “*R*”, ou mais precisamente a relação que nós estabelecemos entre “*a*” e “*b*” ao escrever “*aRb*”, significar *R*, então que “*a*” está em relação com “*b*” diz que *aRb*, e este é o seu sentido. Entretanto, este esquema simples deve evidentemente ser modificado, se, por exemplo, uma palavra é usada para “ter a relação *R* com *b*”, de maneira que a proposição não seja completamente analisada; ou se nós tivermos que lidar com uma proposição mais complicada, que contenha constantes lógicas tais como “não” ou “se”, que não representam objetos como nomes fazem. O Sr. Wittgenstein não deixa bem claro como ele propõe lidar com estas dificuldades. Considerando a primeira, a qual ele quase ignora, ele pode razoavelmente alegar que resulta da enorme complexidade da língua coloquial, que não pode ser depreendida *a priori*; porque em uma linguagem perfeita todas as proposições seriam completamente analisadas exceto quando nós definimos um sinal para assumir o lugar de uma linha de sinais simples; então, como ele afirma, o sinal definido significaria *via* os sinais pelos quais ele é definido. Contudo, outra dificuldade deve ser enfrentada, porque não podemos ficar satisfeitos com uma teoria que trata somente de proposições elementares.

O sentido das proposições em geral é explicado pela re-

ferência a proposições elementares. Considerando n proposições elementares, existem 2^n possibilidades de verdade e de falsidade, que são chamadas de possibilidades de verdade das proposições elementares; similarmente existem 2^n possibilidades da existência e não existência dos fatos atômicos correspondentes. O Sr. Wittgenstein afirma que qualquer proposição é a expressão do acordo ou desacordo com as possibilidades de verdade de certas proposições elementares, e seu sentido é o seu acordo ou desacordo com as possibilidades de existência e não-existência dos fatos atômicos correspondentes. (4.4, 4.2.)

Isto é ilustrado pelo seguinte simbolismo para funções de verdade. V está para verdadeiro, F para falso e nós escrevemos as quatro possibilidades para duas proposições elementares assim:

p	q
V	V
F	V
V	F
F	F

Agora, ao colocar V para a possibilidade de acordo e deixar um espaço para o desacordo, nós podemos expressar, por exemplo, $p \supset q$, assim:

P	q	
T	T	V
F	T	V
T	F	
F	F	V

Ou, adotando uma ordem convencional para possibilidades, $(TT_T)(p,q)$. Evidentemente esta notação não requer sempre que p, q sejam proposições elementares; e ela pode ser estendida para incluir proposições contendo variáveis ostensivas. Assim, p, q podem ser dados, não por enumeração, mas por todos os valores de uma função proposicional, i.e., todas as proposições contendo certa expressão (definida como “a cada parte de uma proposição que caracteriza seu sentido” (3.31)) e $(- - - - - V) (\xi)$, onde o V solitário expressa acordo apenas com a possibilidade em que todas os argumentos são falsos, e ξ é o conjunto de todos os valores de fx , é o que é escrito ordinariamente como $\sim : (\exists x).fx$. Então cada proposição é uma função de verdade de proposições elementares, e muitos sinais proposicionais diferentemente construídos são a mesma proposição, porque, ao expressarem acordo e desacordo com as mesmas possibilidades de verdade, eles tem o mesmo sentido e são a mesma função de verdade de proposições elementares. Assim:

$q \supset p : \sim q \supset p$ e $\sim(\sim p \vee \sim)$ são o mesmo que p .

Isto leva a uma teoria da inferência extremamente simples; se nós chamarmos estas possibilidades de verdade com as quais a proposição concorda, de fundamentos de verdade, então q se segue de p , se os fundamentos de verdade de p estão contidos entre os de q . Neste caso, o Sr. Wittgenstein também afirma que o sentido de q está contido no de p , que ao asserirmos p , nós incidentalmente asserimos q . Penso que esta tese seja efetivamente uma definição do conter [*of containing*] com respeito a sentidos, e uma extensão do significado de asserir parcialmente em conformidade com o uso ordinário, o qual provavelmente

concorda no que diz respeito a $p.q$ e p , ou $(x).fx$ e fa , mas não o contrário.

Existem dois casos extremos de grande importância; se nós expressamos desacordo com todas as possibilidades de verdade nós temos uma *contradição*, se acordo com todas elas, uma *tautologia*, que não diz nada. As proposições da lógica são tautologias e ter deixado isto claro, a principal característica delas, é uma realização excepcional.

Temos que considerar agora se o referido acima é uma explicação adequada para o que é para um *token* de proposição ter certo sentido; e parece para mim que certamente não é. Porque é de fato somente uma explicação de quais sentidos existem e não de qual sinal proposicional tem qual sentido. Ela nos permite substituir “ ‘p’ diz p”, por “ ‘p’ expressa acordo com estas possibilidades de verdade e desacordo com estas outras”, mas a última formulação não pode ser considerada uma análise final da primeira, e não é de forma alguma claro como sua análise posterior continua. Nós temos que procurar em outro lugar a resposta para nossa pergunta. Sobre esta resposta, o Sr. Wittgenstein faz de fato uma clara contribuição; em 5.542, ele afirma que em “ ‘p’ diz p” nós temos a coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos. Contudo esta explicação é incompleta porque o sentido não está completamente determinado pelos objetos que ocorrem nele; nem é o sinal proposicional completamente constituído pelos nomes que ocorrem nele, porque nele pode também haver constantes lógicas que não estão coordenadas com objetos e completam a determinação do sentido de uma maneira que é deixada obscura.

Se nós somente tivéssemos de lidar com um simbolismo lógico, não acredito que haveria qualquer dificuldade.

Porque, fora a variação de nomes usados, existiria uma regra dando todos os sinais proposicionais, que, neste simbolismo, tivessem certo sentido, e nós poderíamos completar a definição de “sentido” ao acrescentar a ela estas regras. Assim “ ‘p’ diz que $\sim aRb$ ” seria, supondo que estamos lidando com o simbolismo dos *Principia Mathematica*, analisado como: chame alguma coisa significando a, “a” e assim por diante, e chame “a” “R” “b”, “q”; então “p” é ou “ $\sim q$ ” ou “ $\sim\sim q$ ” ou “ $\sim q \vee \sim q$ ” ou qualquer um dos outros símbolos construídos de acordo com a regra definida. (Pode ser, obviamente, duvidoso se é possível formular esta regra, porque ela parece pressupor o todo da lógica simbólica; mas em uma notação perfeita, isto pode ser possível; por exemplo, na notação do Sr. Wittgenstein com V’s e F’s não haveria dificuldade.). Contudo é óbvio que isto não é suficiente; não nos dará a análise de “A asserere p”, mas somente de “A asserere p usando tal e tal notação lógica”. Contudo nós podemos saber adequadamente que um chinês tem certa opinião sem ter nenhuma ideia da notação lógica que ele usa. Também a evidentemente significativa afirmação de que alemães usam “nicht” para *não* se torna parte da definição de tais palavras como “acreditar”, “pensar” quando usadas de alemães.

É muito difícil ver uma saída para esta dificuldade; talvez uma possa ser achada na sugestão do Sr. Russell no *Analysis of Mind* (p.250), que talvez possa existir um sentimento de crença especial ocorrendo na disjunção e implicação. Constantes lógicas podem então ser significativas como substitutos destes sentimentos, os quais formariam um simbolismo lógico universal do pensamento humano. Entretanto, parece que o Sr. Wittgenstein acredita em outro tipo de solução, voltando para sua tese anterior de que

o sentido da figuração é que as coisas estão combinadas umas com as outras assim como os elementos da figuração. A interpretação natural disso em nosso presente contexto é que nós somente podemos representar que *a* não esteja em certa relação com *b*, ao não fazer “*a*” ter certa relação com “*b*”, ou em geral que somente um fato negativo pode asserir um fato negativo, somente um fato implicativo um fato implicativo e assim por diante. Isto é absurdo e evidentemente não é o que ele quis dizer; contudo ele parece de fato manter que o *token* de uma proposição, de alguma maneira, se assemelha com o seu sentido deste modo. Assim ele afirma (5.512): “O que nega em ‘ $\sim p$ ’ não é, porém, o ‘ \sim ’, mas o que é comum a todos os sinais dessa notação que negam *p*. Portanto, a regra comum segundo a qual ‘ $\sim p$ ’, ‘ $\sim\sim p$ ’, ‘ $\sim p \vee \sim p$ ’, ‘ $\sim p \cdot \sim p$ ’, etc. etc. (*ad inf.*) são constituídas. E isso que lhes é comum espelha a negação.” Não posso entender como isto espelha a negação. Não espelha certamente na maneira simples em que a conjunção de duas proposições espelha a conjunção de seus sentidos. Esta diferença entre conjunção e as outras funções de verdade pode ser vista no fato de que acreditar em *p* e *q* é acreditar em *p* e acreditar em *q*; mas acreditar em *p* ou *q* não é o mesmo que acreditar que *p* e acreditar que *q*, nem acreditar em não-*p* o mesmo que não acreditar em *p*.

Nós devemos agora nos voltar para uma das mais interessantes teorias do Sr. Wittgenstein, a de que há certas coisas que não podem ser ditas, mas somente mostradas, e isto constitui o Místico. A razão pela qual elas não podem ser ditas é que elas têm algo a ver com a forma lógica que as proposições têm em comum com a realidade. Que tipo de coisas elas são é explicado em 4.122: “Podemos, em certo sentido, falar de propriedades formais dos objetos e estados

de coisas, ou seja, de propriedades da estrutura dos fatos, e no mesmo sentido, de relações formais e relações entre estruturas. (Ao invés de propriedade da estrutura, digo também “propriedade interna”; ao invés de relação entre estruturas, “relação interna”. Introduzo essas expressões para mostrar o que funda a confusão, muito difundida no meio dos filósofos, entre as relações internas e as relações propriamente ditas (externas).) A presença de tais propriedades e relações internas não pode, todavia, ser asserida por proposições, mostra-se, sim, nas proposições que representam aqueles estados de coisas e tratam daqueles objetos.” Como eu já disse, não me parece que a natureza da forma lógica seja suficientemente clara para dar qualquer argumento convincente a favor de tais conclusões; e acredito que uma melhor abordagem ao tratamento de propriedades internas possa ser dada pelo seguinte critério: “Uma propriedade é interna se é impensável que seu objeto não a possua.” (4.123).

É um dos princípios do Sr. Wittgenstein, e, se verdadeiro, é uma descoberta muito importante, que toda proposição genuína assera alguma coisa possível, mas não necessária. Isto se segue de sua explicação de uma proposição como a expressão do acordo ou desacordo com possibilidades de verdade de proposições elementares independentes, de maneira que a única necessidade é a da tautologia, a única impossibilidade, a da contradição. Há uma grande dificuldade em manter isto; porque o Sr. Wittgenstein admite que um ponto no campo visual *não possa* ser ambos vermelho e azul; e, de fato, caso contrário, uma vez que ele pensa que a indução não tem base lógica, nós não deveríamos ter razão para pensar que podemos nos surpreender com um ponto visual que seja ambos, verme-

lho e azul. Portanto ele afirma que “Isto é vermelho e azul” é uma contradição. Isto implica que os conceitos aparentemente simples vermelho, azul (supondo que queiramos dizer com estas palavras tons absolutamente específicos) são em realidade complexos e formalmente incompatíveis. Ele tenta mostrar como isto é possível, ao analisá-los em termos de vibração. Contudo mesmo supondo que um físico possa dar assim uma análise do que nós queremos dizer com “vermelho”, o Sr. Wittgenstein estará apenas reduzindo a dificuldade àquela das propriedades *necessárias* do espaço, tempo e matéria, ou do éter. Ele faz isto explicitamente depender da impossibilidade de uma partícula estar em dois lugares ao mesmo tempo. Estas propriedades do espaço e do tempo são dificilmente capazes de uma redução deste tipo. Por exemplo, considerando “entre” com respeito a momentos das minhas experiências: se B está entre A e D e C entre B e D, então C deve estar entre A e D; mas é difícil ver como isto pode ser uma tautologia formal.

Entretanto nem todas as verdades aparentemente necessárias podem ser supostas, ou são pelo Sr. Wittgenstein supostas, como sendo tautologias. Existem também as propriedades internas sobre as quais é impensável que seus objetos não as possuam. Sentenças asserindo aparentemente tais propriedades de objetos são tomadas pelo Sr. Wittgenstein como sendo contra-sensos, mas estando em alguma relação obscura com algo inexpressável. Este último parece estar envolvido na sua justificativa de pensá-los como contra-sensos; o que eles estão destinados a asserir não pode ser asserido. Contudo, me parece possível dar as razões porque estas sentenças são contra-sensos e uma explicação geral de sua origem e aparente significatividade que não tenha implicações

místicas.

Sentenças deste tipo, que nós chamamos de “pseudo-proposições”, surgem de várias maneiras, dependendo de nossa linguagem. Uma origem é a necessidade gramatical para tais substantivos como “objeto” e “coisa”, os quais diferentemente de substantivos comuns ordinários correspondem a funções proposicionais. Assim de “isto é um objeto vermelho” parece se seguir uma pseudo-proposição “isto é um objeto”, que no simbolismo dos *Principia Mathematica* não pode ser escrito de todo. Contudo a mais comum e importante fonte é a substituição de nomes e nomes relativos por descrições. (Eu uso “nomes relativos” para incluir “p”, a expressão para um sentido p; em contraste com uma descrição deste sentido, tal como “o que eu disse”.) Geralmente isto é legítimo; porque, se nós tivermos um esquema proposicional contendo lacunas, a significatividade do esquema, quando as lacunas são preenchidas por descrições, pressupõe, em geral, sua significatividade, quando elas são preenchidas por nomes de coisas respondendo por descrições. Assim a análise de “O ϕ é vermelho” é “Existe uma e apenas uma coisa que é ϕ e é vermelha” e a ocorrência de “é vermelho” mostra que a significatividade da proposição pressupõe a significatividade de “ a é vermelho”, onde a é do tipo de ϕ . Contudo algumas vezes isto não é o caso, porque a proposição contendo a descrição deve ser analisada de um modo um pouco diferente. Assim “O ϕ existe” não é “Existe uma e somente uma coisa que é ϕ , e existe”, mas simplesmente “Existe uma e apenas uma coisa do tipo de ϕ ”; de maneira que sua significatividade não pressupõe que “ a exista”, o que é contra-senso, porque sua verdade poderia ser encontrada pela mera inspeção, sem comparação com a realidade, o que nunca é o caso

com uma proposição genuína. Contudo, em parte porque nós algumas vezes falhamos em distinguir “*a* existe”, de “O objeto referido por ‘*a*’ existe”, e em parte porque “— existe” é sempre significativo quando a lacuna é preenchida por uma descrição, e nós não temos suficiente sensibilidade para a diferença entre descrições e nomes; “*a* existe” às vezes parece significativo.

O Sr. Wittgenstein sucumbe a esse sentimento enganador na medida em que ele mantém que a existência de um nome “*a*” mostra que *a* existe, mas que isto não pode ser asserido; parece, entretanto, ser um componente central do Místico: “O Místico não é *como* o mundo é, mas *que* ele é.” (6.44).

O nosso próximo exemplo é dado pela identidade, a qual o Sr. Wittgenstein faz uma importante crítica destrutiva; “a definição de Russell para ‘=’ não é satisfatória, porque não se pode, segundo ela, dizer que dois objetos têm todas as propriedades em comum. (Mesmo que essa proposição nunca seja verdadeira, ela tem, todavia, *sentido*.)” (5.5302). E “*a=b*” tem de ser uma pseudo-proposição, uma vez que é verdadeira e falsa *a priori* a medida que “*a*”, “*b*” sejam nomes para a mesma, ou para diferentes coisas. Se agora nós adotarmos a nova convenção de que dois sinais diferentes em uma proposição devem ter diferentes significados, nós temos uma nova análise de descrições que não envolve identidade. Para $f(\gamma x) (\phi x)$, ao invés de

$$(\exists c): \phi x \supset_x x = c. fc,$$

nós temos

$$(\exists x) . \phi x . fx: \sim(\exists x, y). \phi x. \phi y.$$

E uma vez que $(\gamma x) (\phi x) = c$ é analisada como

$$\phi c : \sim(\exists x,y) . \phi x . \phi y;$$

nós vemos que “— = —” só é significativo quando uma lacuna pelo menos for preenchida com uma descrição. Incidentalmente, esta rejeição da identidade pode ter sérias consequências na teoria de agregados e de números cardinais; é, por exemplo, dificilmente plausível afirmar que duas classes são de igual número apenas quando existir uma relação um para um, cujo domínio é uma das classes e o contradomínio é a outra, a menos que tais relações possam ser construídas por meio da identidade.

A seguir, devo mostrar como esta explicação se aplica a propriedades internas do sentido das proposições, ou, se elas forem proposições verdadeiras, aos fatos correspondentes. “p é sobre a” é um exemplo; sua significatividade pode ser pensada como se seguindo de “Ele disse algo sobre a”, mas, se nós refletirmos sobre a análise da última proposição, nós veremos que isto não é o caso, porque ela não se reduz a “existe p, que ele asseriu e que é sobre a”, mas se reduz a “existe uma função ϕ tal que ele asseriu ϕa ”, que não envolve a pseudo-proposição “p é sobre a”. Similarmente, “p é contraditória a q” poderia ser pensada como envolvida em “ele me contradisse”; mas é vista como sendo uma pseudo-proposição quando nós analisamos a última como “Existe um p tal que eu assiro p, ele $\sim p$ ”. É claro que isto não é uma análise completa, mas é o primeiro passo, suficiente para o presente propósito, e mostra como “— é contraditório a —” é significativo somente quando ao menos uma lacuna é preenchida por uma descrição.

Outras pseudo-proposições são aquelas da matemática, que, de acordo com o Sr. Wittgenstein, são equações obtidas escrevendo “=” entre duas expressões que podem ser

substituídas umas pelas outras. Não vejo como essa explicação possa supostamente cobrir toda a matemática, e é evidentemente incompleta, uma vez que existem também desigualdades, que são mais difíceis de serem explicadas. É, entretanto, fácil ver que “Eu tenho mais do que dois dedos” não pressupõe a significatividade de “ $10 > 2$ ”; porque, lembrando que diferentes sinais devem ter diferentes significados, isto é simplesmente “ $(\exists x, y, z): x, y, z$ são meus dedos”.

Precisamente como a explicação de que algumas verdades aparentemente necessárias como tautologias podem ser aplicadas com dificuldade no campo das cores, assim acontece com a explicação do restante como pseudo-proposições. “Esta cor azul e aquela”, afirma o Sr. Wittgenstein, “estão na relação interna do mais claro ao mais escuro *eo ipso*. É impensável que *estes* dois objetos não estejam nessa relação.” (4.123). De acordo com isto, a sentença aparentemente asserindo que uma cor nomeada é mais clara que outra cor nomeada deve ser uma pseudo-proposição; mas é difícil ver como isto pode ser reconciliado com a indubitável significatividade da sentença asserindo que a cor descrita é mais clara que a outra, tal como “minha almofada em casa é mais clara que o meu carpete”. Entretanto, neste caso, a dificuldade poderia ser completamente removida pela suposição de que o físico estivesse realmente analisando o significado de “vermelho”; porque a sua análise de uma cor chega eventualmente a um número, tal como o comprimento de uma onda ou o que seja, e a dificuldade é reduzida à de reconciliar a não significatividade da desigualdade entre dois números dados com a significatividade da desigualdade entre dois números descritos, que é, evidentemente, de alguma forma possível

nas linhas sugeridas acima com “Eu não tenho mais do que dois dedos”.

Deixe-nos agora passar para a explicação do Sr. Wittgenstein da filosofia. “O fim da filosofia”, ele afirma, “é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos” (4.112). Parece-me que nós não podemos ficar satisfeitos com esta tese sem alguma explicação sobre “clareza”, e eu tentarei dar uma explicação em harmonia com o sistema do Sr. Wittgenstein. Acredito que uma sentença seja “clara” na medida em que tenha propriedades *visíveis* correlatas às, ou “mostrando”, as propriedades internas do seu sentido. De acordo com o Sr. Wittgenstein as últimas sempre se mostram nas propriedades internas da proposição; mas por conta da ambiguidade *type-token* de “proposição”, não é imediatamente claro o que isto significa. Propriedades de uma proposição devem, acredito, significar propriedades de todos os *tokens*; mas, as propriedades internas da proposição são aquelas propriedades dos *tokens* que são, por assim dizer, internas, não aos *tokens*, mas ao *type*; isto é, aquelas que um dos *tokens* deve ter se deve ser um *token* daquele tipo, não aquelas que são impensáveis que ele não devesse ter de alguma forma. Nós devemos lembrar que não existe *necessidade* de uma sentença ter o sentido que ela de fato tem; de maneira que, se a sentença diz *fa*, não é uma propriedade interna da sentença que exista algo nela que de alguma forma seja conectado com *a*; mas esta é uma

propriedade interna da proposição, porque a sentença poderia, ao contrário, não pertencer ao *type* da proposição, i.e., ter aquele sentido. Desta forma, nós vemos que as propriedades internas de uma proposição, que mostram algo de seu sentido, não são, em geral, as visíveis, mas as complicadas, envolvendo a noção de significado. Contudo, em uma língua perfeita, na qual cada coisa tenha seu próprio e único nome, que no sentido da sentença certo objeto ocorra, isto seria também visivelmente mostrado pela ocorrência na sentença do nome do objeto; e se poderia esperar que isso acontecesse em respeito a todas as propriedades internas dos sentidos; que um sentido, por exemplo, esteja contido em outro (i.e., uma proposição se segue de outra) sempre apareceria visivelmente na sentença que as expressa. (Isto está próximo de ser atingido pela Notação V do Sr. Wittgenstein.) Assim, em uma língua perfeita todas as sentenças e pensamentos seriam perfeitamente claros. Para dar uma ideia geral de “claro”, nós temos que substituir “propriedade visível da sentença” por “propriedade interna do sinal proposicional”, que nós interpretamos, analogamente à “propriedade interna da proposição”, como uma propriedade que um *token* deve ter, se deve ser aquele signo, e que, se o *token* estiver escrito, é o mesmo que a propriedade visível. Nós dizemos então que um signo proposicional é claro na medida em que as propriedades internas do seu sentido são mostradas não somente pelas propriedades internas da proposição, mas também pelas propriedades internas do signo proposicional.

(Pode ser talvez confusão entre propriedades internas da proposição e aquelas do signo proposicional que dê origem à ideia de que as doutrinas do Sr. Wittgenstein são, em

geral, somente asseridas de uma língua perfeita.)

Nós podemos facilmente interpretar esta ideia de filosofia em termos da explicação não-mística de propriedades internas dada anteriormente. Primeiramente, nós notamos e explicamos o fato de que nós com frequência, aparentemente, reconhecemos ou não que algo tem uma propriedade interna, embora isto seja uma pseudo-proposição e, portanto, não possa ser reconhecida. O que nós sempre reconhecemos é que “o objeto ou o sentido significado ou asserido pelas palavras perante nós tem uma propriedade,” que é significativa, porque nós substituímos uma descrição por um nome. Assim, como resultado de uma prova lógica, nós reconhecemos, não que *p* seja uma tautologia, o que seria uma pseudo-proposição, mas sim que “*p*” não diz nada. Tornar proposições claras é facilitar o reconhecimento de suas propriedades lógicas ao expressá-las na linguagem, de tal modo que estas propriedades sejam associadas com propriedades visíveis da sentença.

Entretanto, acredito que esta atividade vá resultar em proposições filosóficas sempre que nós descobrirmos algo novo sobre a forma lógica dos sentidos de qualquer corpo interessante de sentenças, tais como aquelas expressando fatos da percepção e do pensamento. Nós devemos concordar com o Sr. Wittgenstein que “*p* é de tal e tal forma” é um contra-senso, mas “‘*p*’ tem um sentido de tal e tal forma” pode, entretanto, não ser contra-senso. Se é ou não é, depende da análise de “‘*p*’ é significativo”, que parece para mim ser provavelmente com uma disjunção proposicional, cujas alternativas surgem em parte pelas diferentes formas possíveis do sentido de “*p*”. Se isto é desta maneira, nós podemos, ao excluir algumas destas alternativas, fazer uma proposição que diga respeito a forma do sentido de “*p*”. E

isto em certos casos, tais como quando “p” é “ele pensa que q” ou “ele vê a”, poderia ser propriamente chamado de proposição filosófica. Isto não seria incompatível com a asserção mais moderada do Sr. Wittgenstein de que “a maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem.” (4.003).

Por último, gostaria de abordar a visão geral de mundo do Sr. Wittgenstein. “O mundo”, ele afirma, “é a totalidade de fatos não de coisas” (1.1) e “é obvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma em comum com ele. Essa forma fixa consiste precisamente nos objetos.” (2.022, 2.023). É uma visão incomum que qualquer mundo imaginável deva conter todos os objetos do mundo real; mas isto parece se seguir de seus princípios, porque se “a existe” é um contra-senso, nós não podemos imaginar que ele não exista, mas somente que ele tenha ou não tenha algumas propriedades.

O Sr. Russell em sua introdução encontra uma grande dificuldade no fato de que $(x). \phi x$ envolve a totalidade dos valores de ϕx e assim, aparentemente, a totalidade dos valores de x, sobre os quais, de acordo com o Sr. Wittgenstein, não se pode falar; porque é uma de suas teses fundamentais “que é impossível dizer algo sobre o mundo como um todo, e que o que possa ser dito tem que ser sobre porções limitadas do mundo”. Parece duvidoso, entretanto, que isto seja uma expressão justa da visão do Sr. Wittgenstein; por conta de uma coisa, ela sugere que seja impossível dizer $(x). \phi x$, mas somente talvez “Todo S é P”, tomado como não asse-

rindo nada sobre os não-S's, o que ele certamente não afirma. Pode, então, ser interessante considerar o que ele afirma que dá plausibilidade à interpretação do Sr. Russell. Ele indubitavelmente nega que nós possamos falar do número de todos os objetos (4.1272). Contudo isto não é porque todos os objetos formam uma totalidade ilegítima, mas porque “objeto” é um pseudo-conceito, expresso não por uma função, mas por uma variável x . (Incidentalmente, não vejo porque o número de todos os objetos não deveria ser definido como a soma do número de todas as coisas que têm uma propriedade específica e o número de coisas que não têm esta propriedade). Ele também afirma que “o sentimento do mundo como uma totalidade limitada é o sentimento místico”. (6.45). Contudo não acredito que nós possamos seguir o Sr. Russell quando ele deduz disso que a totalidade de valores de x é mística, mesmo que seja somente porque “o mundo é a totalidade de fatos não de coisas” (1.1). E acredito que “limitado” dê a chave para a sentença citada anteriormente. O sentimento místico é o sentimento de que o mundo não é tudo, que existe algo fora dele, seu “sentido” ou “significado”.

Não se deve pensar que os tópicos que eu discuti de perto exaurem o tema do livro; o Sr. Wittgenstein faz observações, sempre interessantes, às vezes extremamente penetrantes, em muitos temas, tais como a Teoria dos Tipos, Relações Ancestrais, Probabilidade, a Filosofia da Física e Ética.

F.P. Ramsey